

## Mudanças paradigmáticas

Ao optarmos por situar nosso objeto de pesquisa no campo dos estudos culturais pensamos ser necessário utilizar como fio condutor do trabalho a idéia de processo. Tal esforço visa a justificar a relevância do tema e, sobretudo, frisar o reconhecimento de que só podemos trilhar este caminho porque várias elaborações pretéritas e contemporâneas nos oferecem um aparato teórico capaz de nos propiciar visões dos mais variados ângulos. Em outras palavras, estamos nos referindo a possibilidade contemporânea de repensar as formas sociais. Como sinaliza Boaventura de Sousa Santos (1996), isto é viável porque existe algo em transição que alguns autores chamam de mudanças paradigmáticas:

(...) a crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de cepticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares, conceituais, teóricos e epistemológicos (...), mas não mais convincentes (...), uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o optimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada. A caracterização da crise do paradigma dominante traz consigo o perfil do paradigma emergente. (Santos, 1996, p. 35)

No “paradigma emergente” o foco não está mais centrado na relação dominação - dominados. Aqui a meta é voltar-se para as práticas sociais, enfatizando “o modo particular em que essas práticas se manifestam no terreno das representações simbólicas” (Castro-Gómez, 2000), ou seja, na cultura. Este rearranjo, como demonstra Néstor García Canclini (1997, p.35), promove uma redefinição da noção de cultura que passa a ser vista como um “conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”.

Assim, ao termos como foco o que convencionamos chamar de narrativas jornalísticas das rádios comunitárias, apresentamos a necessidade de percorrer um trecho do trajeto que esclarece o porquê de hoje podermos nos voltar para este tipo de fala, assim como, as motivações para tal. Daí, não se tratar de digressão as considerações deste capítulo. De acordo com João Maia e Juliana Krapp (2005),

hoje a valorização da chamada “cultura popular” é consequência da atenção direcionada à “cultura do cotidiano” – categoria fundamental para entender as várias sociabilidades presentes nas cidades. Nesta lógica, os autores registram que esta postura é indicadora das alterações paradigmáticas em curso:

A chamada “cultura popular” é agora valorizada pelo estilo de vida dos cidadãos comuns, e não mais a partir das noções desenvolvidas no campo da economia e da política, que acabavam por colocar amarras em vez de identificar sentidos. As transformações culturais dos últimos tempos revelam um campo social dinâmico, em constante ebulição. Não se vive mais no interior de uma cultura interpretada como um minúsculo elemento da sociedade moderna. (...) Surge, nessa mudança que valoriza o estilo de vida do homem comum, uma alteração também do paradigma usado para pensar as relações sociais e a historiografia do mundo contemporâneo. (Krapp & Maia, 2005, p. 32)

Ao compactuarmos com a idéia da valorização do homem comum temos a necessidade de rever o modo como este caminho foi construído e, então, enxertar no que se tornou oficial as histórias e os protagonistas que foram ignorados, reprimidos ou menosprezados. É uma aposta no recontar para refazer o olhar sobre as rádios comunitárias, sublinhando memórias e realizações que talvez tenham ficado ocultas ou imperceptíveis. Esta atitude, como acrescenta Maia (2006), é uma tendência contemporânea:

Ao ambiente cultural urbano é acrescentado o elemento popular que, por muito tempo, era visto como incipiente para a formação da identidade do Rio de Janeiro. As idéias, os produtos da cultura e os costumes do homem comum, que vive de forma comunitária, contemporaneamente são valores agregados à constituição cultural da sociedade. (Maia, 2006, p. 115)

Para problematizarmos esta questão, parece necessário entender de que forma o discurso hegemônico da modernidade se constituiu, sendo capaz de redesenhar todas as esferas da sociedade e, inclusive, determinar a própria criação de uma nova noção de país, cidade e indivíduo. Partindo de uma visualização mais ampla sobre este processo, estreitamos o nosso olhar nos efeitos produzidos por esta reestruturação no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro.

Neste contexto, percebemos que várias rupturas foram provocadas no Estado com o intuito de consolidar o lema “Ordem e Progresso”. Em contrapartida, outros referenciais foram oferecidos aos sujeitos para servirem como norteadores sociais. Nesta reconfiguração, são estabelecidas a missão e as

pretensões das grandes narrativas, incluindo aí o jornalismo. Por outro lado, é consolidado o tipo de tratamento dispensado à cultura popular e seus elementos constituintes.

A força e a radicalidade com que foram impostas as transformações levavam a crer que nada abalaria a nova lógica construída para regular o Estado moderno. Mas, tratava-se de uma aparente indestrutibilidade. A junção de vários aspectos conseguiu provocar o esfacelamento da modernidade como fonte de narrativa central para explicar o mundo. Uma das conseqüências desta dissolução foi o despontar de vozes pertencentes a vários segmentos sociais. Vozes que haviam sido recalcadas durante o processo de modernização.

As rádios comunitárias são uma destas falas que vieram à tona, após serem muito desprezadas. A situação destas emissoras no Brasil é marcada pelas dificuldades em termos de legislação e definição do segmento. Ainda assim, de alguma forma, a presença deste veículo causa impactos na sociedade como um todo. Afinal, a apropriação deste canal acaba tornando-se uma maneira de promover a reafirmação material e simbólica daqueles que compartilham da dita “cultura popular”.

O tratamento dispensado a este segmento destoa dos demais tipos de emissoras existentes. O descompasso é percebido ao longo da história da radiodifusão no país, onde as rádios comunitárias geralmente são consideradas marginais e alternativas. No entanto, na contemporaneidade algumas iniciativas parecem tentar contribuir para se reconfigurar o modo de se olhar e contar o trajeto deste veículo nacionalmente. Quem sabe a alteração desta perspectiva não seria mais um indício de mudança paradigmática no ar?

## 1.1

### **A modernidade como discurso hegemônico**

O despontar da modernidade foi um referencial significativo no processo de transformação estrutural da sociedade. A modernidade colaborou de modo substancial para a dissolução de toda uma concepção de vida que, há tempos, colocava o indivíduo condicionado às determinações ditadas pela Igreja. Até então, era possível verificar a forte influência da religião ramificada em variadas

esferas. Este poder era assegurado pela crença de que os desígnios celestes eram os responsáveis pela configuração social, política, econômica, científica etc.

No entanto, progressivamente, esta secular ideologia foi sendo questionada e esfacelada por movimentos que valorizavam a centralidade do homem e da razão - elementos essencialmente ameaçadores para a estabilidade da ordem tradicional. Montava-se em diferentes ramos um contexto propício para o desenvolvimento da modernidade e de seus pressupostos. Em face deste desdobramento, Stuart Hall (1999) descreve um dos impactos primordiais causados por esta transição:

As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. (...) O nascimento do 'indivíduo soberano', entre o Humanismo Renascentista do século XV e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. (Hall, 1999, p. 25)

O nascimento desta nova era é avassalador para os pilares que sustentavam a mentalidade de outrora. A modernidade se legitima com propostas radicalmente contrárias ao que havia sido mantido até o final da Idade Média. Nesta espécie de confronto de valores, as dualidades se estabelecem para frisar que uma outra época começava a se desenhar: ciência x religião, razão x emoção, ordem x caos, centro x periferia, limpo x sujo etc.

Para uma melhor absorção destas idéias foi criado um estado nacional, pouco flexível e com contratos rígidos. Com o propósito de consolidar a idéia de nação, as culturas se fazem hegemônicas e centrais. Como mostra Hall, isto gera impactos na estruturação social e até nos valores que constituem os sujeitos: “Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, op.cit, p. 50). O objetivo era disponibilizar uma série de referências para a constituição da identidade. Ainda segundo o autor, classe, gênero, etnia, nacionalidade e família nuclear foram algumas das “sólidas localizações” oferecidas aos indivíduos sociais com o intuito de ordená-los, escondendo as fragmentações em prol da projeção de um sujeito unificado:

(...) não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. (Hall, op. cit, p. 59)

Se antes o mediador da verdade era Deus, aqui o homem, através da ciência, toma este lugar e precisa construir uma outra fala. É neste sentido, que o deslocamento histórico da enunciação, melhor dizendo, do ato de falar, é problematizado por Michel de Certeau (1994):

(...) quem é que fala quando não existe mais um Falante divino que funda toda enunciação particular? (...) Cresce agora um novo rei: o sujeito individual, senhor inapreensível. Ao homem da cultura esclarecida se acha transferido o privilégio de ser, ele mesmo, o deus outrora “separado” de sua obra e definido por uma gênese. (Certeau, 1994, pp. 250-251)

Para tornar intocável esta herança recebida, o homem apressa-se em consagrar na sociedade o seu lugar de produtor de sentido. Desta forma, surge, então, o discurso da modernidade que de pronto se coloca como hegemônico. Para fortalecer esta narrativa nascente, tenta-se desprezar e omitir tudo o que lhe seja antagônico. É preciso criar um indivíduo, uma noção de país, uma cidade, uma ideologia diferente do que havia sido vivenciado anteriormente.

A necessidade de mudanças contínuas e rápidas, a aposta no progresso, o apagamento dos traços das antigas sociedades e dos seus respectivos hábitos são características de um projeto que se queria materializar. Mas todo este planejamento não se concentrou apenas na Europa. Com o passar do tempo, ele teve influência também sobre regiões que não haviam participado da gênese deste movimento. Definições que atravessaram continentes e chegaram, guardadas as devidas proporções, até a América do Sul.

É possível identificar um esforço em implantar tais conceitos no Brasil, no início do século XX. Tendo como inspiração as reformas do Barão de Haussman na capital francesa e patrocinada pelos interesses da elite dirigente iniciou-se uma espécie de triagem que aqui aparece de forma simplificada: desenvolvimento, beleza e higiene- afinados com o paradigma europeu- mereceriam ter visibilidade, enquanto, as tradições, o típico e os costumes ligados à sociedade tradicional deveriam ser recalcados por serem considerados feios e inadequados ao novo projeto de civilização. Em termos de Rio de Janeiro, por exemplo, nesta época, tentava-se elaborar uma nova criação simbólica da cartografia urbana:

A cidade real, por onde circulava uma rica tradição popular, não cabia na versão da 'ordem', não poderia fazer parte da cena moderna. Era vista como obscena, isto é, deveria estar fora de cena, para não manchar o cenário de cidade civilizada emblematizada pela Avenida Central (...). A encenação da orgia horripilante não deveria borrar a cenografia da cidade ideal (...). Teria que ser empurrada para fora desta cena: é coisa obscena! (Gomes, 1996, pp. 32-33)

Para garantir que houvesse uma congruência nos propósitos da modernidade tentou-se calar todas as vozes sociais que fossem destoantes. Como esclarece Luiz Edmundo (1983) era preciso maquiagem o anacronismo da velha estrutura, com o intuito de provar para os estrangeiros que a "cidade pocilga" havia se transformado num "Éden maravilhoso" e assim atrair investimentos.

Somente uma alteração de grande impacto poderia mudar radicalmente a imagem da capital da República. Não bastava apenas um remodelamento espacial, para esconder os traços coloniais da cidade. Era necessário mudar valores e costumes, já que qualquer descuido poderia macular a tão desejada projeção. Este tipo de controle do sujeito moderno é flagrado, numa série de estudos, de Michel Foucault<sup>1</sup>. Ele trata como "poder disciplinar" a preocupação com a regulação e vigilância do indivíduo ou de populações inteiras. Tendo como base a valorização do conhecimento especializado e dos regimes administrativos, o "poder disciplinar" cumpre a função de manter sob absoluto controle todas as atividades, hábitos, e setores da vida dos sujeitos.

É com esta bandeira que o então prefeito, Pereira Passos, inicia a campanha "O Rio Civiliza-se". Ele contrata especialistas para tratar de cada uma das áreas que foram reformuladas. Como consequência, foram retirados do espaço público, todos os elementos, ambientes e atores incompatíveis com a representação da história de uma certa Paris nos trópicos. Velhos cortiços foram derrubados; ruas estreitas foram substituídas por avenidas mais largas, adequadas para uma melhor higienização e para o tráfego dos carros recém-chegados na cidade. O popular foi sendo escorraçado, indo habitar lugares outros, com menor projeção, constituindo a periferia. No seu lugar, montou-se um cenário cosmopolita voltado para atender ao gosto da elite aburguesada: o centro da cidade.

Toda esta reordenação espacial explicita que as intenções em elaborar uma cartografia social bem definida não são aleatórias. Vemos esta ação como uma

---

<sup>1</sup> Cf. Hall, 1999.

forma de demarcar os lugares na sociedade. No caso dos sujeitos que compartilham da cultura popular, o objetivo da elite é isolá-los em um espaço marginal para reforçar o menosprezo voltado para o seu modo de existência e para as suas produções. Neste tipo de tratamento já é possível perceber a tensão indicada por Roger Chartier (1995) no que se refere ao conjunto de relações que a dita “cultura popular” estabelece na sociedade. O autor reforça a necessidade de se atentar para a lógica que regula estas ligações com a finalidade de mostrar que a configuração apresentada é, antes de tudo, fruto de um jogo simbólico:

Compreender cultura popular significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto. (Chartier, 1995, p.7)

É justamente desviando-se das tentativas de aniquilação e estabelecendo-se a partir de maneiras criativas e peculiares que a dita “cultura popular”, reconfigurada, sobrevive ainda hoje. Ela acompanha o processo das constantes reformulações culturais. Em consequência desta movimentação, alguns sujeitos que compartilham os elementos da cultura popular chegam, inclusive, a ter mais acesso aos meios de comunicação, como é o caso da relação com as rádios comunitárias. Espaço que é apropriado de modo bastante particular, melhor dizendo, híbrido - resultado das inevitáveis interferências vindas das relações sociais. Ainda assim, a existência destas emissoras pode ser vista como uma resposta contemporânea. Melhor dizendo, uma negação de que a realidade poderia ser apreendida e explicada por um único viés.

Tendo em vista todo este panorama, vemos que na modernidade reproduzia-se o pensamento de que os indivíduos livres das antigas amarras sociais, mas ancorados nas grandes narrativas, poderiam acompanhar a trajetória do mundo, que caminharia para um futuro mais próspero, fraterno e feliz. O ideal de progresso impregnava os mais variados setores, que apostavam na razão técnica como chave para o entendimento dos fatos de uma história contínua.

No campo da comunicação, o próprio jornalismo incorporou a missão de ser uma bússola para o homem. Um emissor, que ocuparia uma posição superior, produziria para o receptor, considerado passivo. O texto também deveria ser

ordenado, claro, limpo, direto, imparcial e conciso. De acordo com Fernando Resende (2005), até a linguagem deveria ser domesticada pelas regras:

O jornalismo, no século XX, incorpora o ideal modernista: construir o progresso, a qualquer custo, pela via da 'ordem'. Ordem que, no que se refere à produção jornalística, significou normatização e compactação dos textos. O jornal, desse modo, acreditava-se, daria aos leitores o necessário para acompanhar a 'evolução' do mundo: era o caráter informativo que se adequava à frenética corrida contra o tempo. (Resende, 2005, pp. 133-134)

Mas, aos poucos, percebe-se que este tipo de jornalismo, assim como acontece com todos os projetos apropriados pela modernidade, começava a dar sinais de que estava tomando rumos diferentes dos esperados. Conjunto de indícios provocadores de outros paradigmas.

## 1.2

### **O esfacelamento e a pluralidade de narrativas**

Vários acontecimentos começam a indicar fragilidades no discurso da modernidade, que durante todo o seu desenvolvimento já apresentava uma série de tensões. As grandes narrativas não dão conta de explicar o desfecho de diversas situações que se colocaram frente ao homem, provocando surpresa e temor. A certeza de um futuro calculadamente perfeito se esfacela juntamente com a dissolução dos conceitos que forneciam aos indivíduos uma ancoragem no mundo social.

A eclosão de guerras, as agudas crises econômicas, o aumento das desigualdades sociais e a queda do muro de Berlim são alguns dos fatos que revelam o processo provocador da descrença dos sujeitos nas estruturas até aqui norteadoras da sociedade:

(...) todos fenômenos-produtos de um momento moderno, vieram contradizer a utopia de uma possível linearidade histórica, reforçando a idéia de que o mundo contemporâneo chegava apresentando relações muito complexas. Assim, o positivismo modernista parece ter se amalgamado a uma confluência de saberes que não mais se explica à luz de conceitos de caráter evolucionista. (Resende, op. cit, p.134)

Bem antes, o próprio desdobramento da tentativa de mutilar os aspectos populares através da modernização do Rio de Janeiro, já evidenciava que o

planejamento não seria suficiente para conter a força do social. Ao contrário do que se pretendia, as transformações na cidade não conseguiram expulsar definitivamente os considerados sujos e pobres da cena. O novo cenário é motivo de admiração e não de revolta por parte dos rejeitados. Atraída pela novidade, a obscena (Gomes, 1996) retorna para o palco visível. Em vão, traços luxuosos tentavam ofuscar aspectos rudimentares.

A rua não era lugar de passagem como estabelecia o projeto modernizador, na verdade era ponto, abrigando baianas com seus tabuleiros; ao lado de abertas e longas avenidas do centro, coexistiam becos e vielas; a iluminação na Avenida Central não alcançou bairros como a Saúde e Gamboa, lá ainda era escuridão; como contraponto aos jardins que embelezavam o passeio público, havia barracos de madeira no Morro Santo Antônio. Com o passar do tempo esta coexistência foi amadurecendo e mesmo que a contragosto o popular sobreviveu, marcando seu lugar na sociedade, através de suas produções físicas e simbólicas. As dualidades, que tanto a modernidade queria defender, tornaram-se mais flexíveis.

O próprio jornalismo, tal como foi elaborado, não consegue cumprir o papel totalizador, imparcial e ordenador dos fenômenos e fatos da sociedade. Da mesma forma, a ciência fica impossibilitada de ocupar um lugar solitário de esclarecedora do mundo. Há uma incongruência entre o imaginado e o que se concretizou, o que acaba trazendo à tona aquilo que tanto se tentou extinguir.

Daí a necessidade de revisitar estes elementos, sujeitos e mensagens que foram rejeitados pelo processo de modernização. Conjunto de ações que foi expulso por ser considerado popular e, portanto, seguindo a lógica da triagem da civilização, seria sujo e indesejável. Voltar-se para este caminho talvez seja uma forma de recuperar uma série de atos que sempre estiveram na sociedade, mas foram ofuscados, como indica Canclini (1997):

Hay una serie de actos que se realizan en la sociedad, que no parecen tener mucho sentido si se los analiza con una concepción pragmática, como realización del poder o administración de la economía. (...) Podemos afirmar que la cultura abarca el conjunto de los procesos sociales de significación (...). (Canclini, op.cit, pp.33-35)

A possibilidade de buscar outras visões como fundamentais para a compreensão dos fatos sociais certifica que centro e periferia tornam-se cada vez mais mesclados. Indo mais longe, é como se fosse uma súplica contemporânea no

sentido de enriquecer nosso repertório de narrativas para auxiliar na compreensão das demandas atuais e do próprio universo em que se vive. Trata-se de uma necessidade de buscar nas múltiplas falas existentes os modos como elas se estruturam para expressar sua interação com o mundo. Exercício colaborativo na medida em que revela variadas maneiras de se dizer em meio a um conturbado espaço público. Como afirma Resende (2005), neste contexto é fundamental atentar de que modo o ato de contar se acomoda frente aos variados meios disponíveis para tal. Neste sentido, devemos levar em consideração quem são os narradores e de que recursos se valem para dar forma as suas histórias:

No seu furor narrativo, a contemporaneidade pede, cada vez mais, que se conte histórias que ainda não foram contadas. E dessa forma, no conflituoso espaço público contemporâneo, as vias pelas quais se pode dar o exercício da narrativa, exatamente por se fazerem múltiplas, infinitas, ressaltam a importância de se considerar o modo como se narra e os seus sujeitos narradores: é a pluralidade dos meios que nos impõe a reflexão sobre a narrativa. Na modernidade tardia, além de ser fundamental saber contar as histórias do mundo, é crucial reconhecer este ato como o que emerge de uma necessidade (...). (Resende, op. cit, pp. 129-130)

Consideramos, portanto, que é preciso garimpar entre os veículos existentes estas narrativas reveladoras. As rádios comunitárias parecem se revelar como um lugar importante para que se possa fazer a repescagem destas histórias, dos narradores e dos modos de se contar. Atitude possível se levarmos em conta perspectivas menos rígidas para pensar a modernidade. Massimo Canevacci (2005), nesse sentido, exalta as multinarrativas dizendo que não há mais uma fala principal, mas sim narrativas plurais, assimétricas e fragmentadas.

Para o autor, por uma questão metodológica, não se pode falar em minoria porque ela faz parte da cidade, não estando à parte dela. Trata-se do “gozo da diferença”, que nos apropriamos para reconfigurar a idéia separatista no que se refere às rádios comunitárias. Sociologicamente também é impossível, para Canevacci, falar de subcultura e contracultura, já que não há mais uma “cultura geral unitária” ou uma cultura dominante para ir-se contra, nem ao menos a utopia de através da política transformar o mundo. “O término da hegemonia, o fim da ideologia e o fim da política enxugaram o contra” (Canevacci & Olmi (trad), 2005, p.15).

Outra impossibilidade é a de se atrelar as pessoas a categorias. Elas não estão mais congeladas em uma identidade fixa. Não há uma classificação geral

que possa engendrar uma particular. A falência das instituições e de determinadas crenças provocou este esvaziamento:

(...) as identidades não são mais unitárias, igualitárias, compactas, ligadas a um sistema reprodutivo de tipo familiar, a um sistema sexual de tipo monossexista, a um sistema racial de tipo purista, a um sistema geracional de tipo biologista". (Canevacci & Olmi (trad), op.cit, p. 18)

Hall (1999) ratifica este posicionamento ao propor que de acordo com os diferentes momentos o sujeito assume identidades distintas. Ele afirma ainda que é uma fantasia a idéia de uma identidade plenamente coerente, unificada e completa:

Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar- pelo menos temporariamente. (Hall, op. cit, p. 13)

Esta fluidez permite que o indivíduo deslize com mais liberdade pelas esferas que atualmente auxiliam na produção de sentidos. Com a falência de uma narrativa central, cada vez mais se recorre ao cotidiano banal das pessoas, que contém uma pluralidade de falas. Elas, que já foram muito desprezadas ao longo da modernidade, estão sendo valorizadas por auxiliar no entendimento da cidade e do social. Assim, começam a ser consideradas como mais uma chave pela sociedade, pelos pesquisadores e jornalistas para abrir outros leques de significados.

Importante ressaltar que, como um gesto de resistência, estas narrativas sempre estiveram ao lado das oficiais. O que é alterado, então, é a mudança de perspectiva. Trata-se de deixarmos de olhá-las como marginais, periféricas ou menores e passarmos a enxergá-las no lugar onde estão, ou seja, dinâmicas, e ao lado de várias outras falas. Para Resende (2003), é esta oportunidade de considerar que as esferas podem se recontar a partir de sua ótica que torna as narrativas promotoras de intervenções subjetivas e concretas:

As narrativas, nesse contexto, têm um papel primordial, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque, a partir delas, outros saberes são construídos. (...) se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos media, ela acontece na e através da narrativa. (...) as "pequenas narrativas" - diversas, plurais e inumeráveis, (...) - tornam-se importantes elementos a serem investigados do ponto de vista sociológico, porque

conferem legitimidade e redividem, socialmente, o espaço no qual elas pertencem. (Resende, 2003, p. 15)

Apesar de todo este potencial, as falas que emergem do subterrâneo ainda encontram alguns mecanismos de coerção, fruto de resquícios da partição que se estabeleceu para se implantar as grandes narrativas, em detrimento do caráter polifônico que despontava. Porém, mesmo com a insistência em tornar a multiplicidade das vozes submissa a imposições com o intuito de deixá-las homogêneas, elas criam meios de se afirmar.

Um destes exemplos é o modo como sobrevivem as rádios comunitárias. Independentemente do acolhimento ou da proibição, ao longo do país, em aldeias indígenas, em colônias de catadores de caranguejo, em manicômios, em associações de moradores, nas marchas do Movimento dos Sem Terra (MST) e em espaços, talvez, impensáveis, estas emissoras continuam marcando a sua existência. Cientes da importância de estarem no ar, com permissão ou por vias consideradas ilegais, os sujeitos que recorrem a estas rádios não deixam de fazer ecoar suas vozes através dos microfones. Esta prática é exaltada por Sebastião Santos (2005) durante um seminário sobre cultura e desenvolvimento, realizado em novembro de 2004, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), e organizado por Heloísa Buarque de Hollanda. As palestras proferidas por ele e pelos demais convidados, posteriormente, foram transcritas e publicadas em um livro:

É disto que quero falar: de beijos balangando país afora, garantindo, na prática civil e revolucionária, o sagrado Direito de Comunicar. E, para que ninguém se assuste, falo da prática garantida na Constituição Brasileira, apenas violada e desrespeitada pelos que se sentem donos do ar, por onde trafegam as vozes de bons e maus, de justos e injustos mas, sobretudo, por onde trafegam as vozes dos que não querem e não vão calar! (Santos, 2005, p. 178)

A exigência feita acima, respaldada por uma Lei Federal, é muito recente e explicita a lacuna que se percebe quando o assunto é tentar contextualizar, através de processos, a rádio comunitária na história da radiodifusão brasileira. É com o intuito de revelar o quanto estamos tateando sobre um objeto de dinâmica oficialmente silenciosa que fazemos a seguir um breve apanhado na trajetória do rádio no Brasil. A partir daqui já será possível pincelarmos o nascimento de uma série de normas que foram delimitando ao longo do tempo a linguagem tradicional

na narrativa do radiojornalismo. Ponto fundamental de referência para analisarmos o que se produz nas emissoras comunitárias em relação a este gênero.

### 1.3

#### **A rádio comunitária no contexto da Comunicação Social**

Pequena caixinha que carreguei quando em fuga, para que suas válvulas não pifassem. Que levei de casa para o navio e o trem, para que meus inimigos continuassem a falar-me. Perto de minha cama, e para a minha angústia, as últimas palavras da noite e as primeiras da manhã. Sobre suas vitórias e sobre meus problemas - Prometa-me não ficar muda de repente.

Bertold Brecht

Foi um longo processo antes do rádio se tornar uma caixinha que pudesse ser transportada para diversos lugares - faltavam condições técnicas. Da mesma forma, demorou para que ele fosse considerado o companheiro do adormecer e do despertar - haviam impedimentos econômicos e sociais. Até hoje buscam-se caminhos para tratar dos assuntos que norteiam o cotidiano dos ouvintes - precisa-se de proximidade e do aprimoramento da linguagem.

Quanto ao medo do veículo ficar emudecido - isto é um risco que parece constante. Na época de Brecht, outras situações provocavam este receio. Apesar das diferentes motivações, este temor não foi impedido de reverberar em outro contexto, como o das emissoras comunitárias. Preocupação aqui justificada pelo silêncio percebido em relação a este segmento na História do rádio no país. As rádios comunitárias são quase sempre tratadas como um capítulo solto, embora sejam portadoras de alguns traços similares ao que chamamos de “rádio oficial”. Para ratificar este pensamento acompanharemos esta trajetória nos momentos mais emblemáticos da radiodifusão brasileira.

O rádio é inaugurado oficialmente, no Brasil, no dia 7 de setembro de 1922, fazendo parte das comemorações do Centenário da Independência. Na ocasião, foi instalada, no alto do Corcovado, uma emissora que tinha um transmissor de 500 watts. Alguns integrantes da sociedade carioca puderam ouvir da própria casa o discurso do Presidente Epitácio Pessoa, através de receptores importados:

O discurso presidencial transmitido através dos alto-falantes estrategicamente posicionados (e ignorados até o momento da transmissão) foi uma surpresa. A mágica característica do rádio começava - ali - a fazer parte da história nacional. (Moreira, 2000, p. 21).

Fazendo um paralelo com o início da implantação das rádios comunitárias no país, observamos que a população também se surpreendia e até duvidava do funcionamento da novidade:

Saía todos os domingos por essas comunidades do Rio de Janeiro, por outros estados, com um transmissorzinho debaixo do braço, uma antena, e colocava a rádio no ar. Juntava a comunidade, fazia sempre atividade, festa, angu à baiana, ou churrasco, mostrando como é que funcionava a rádio comunitária. Mostrava que era possível a comunidade lançar mão de rádio comunitária e que era importante que ela contasse com aquele instrumento de comunicação. Era como se alguém acendesse isqueiro na frente de um índio. As pessoas não acreditavam ser possível dispor de uma rádio. Às vezes, elas até riam da nossa cara. ‘Mas vem cá, se eu falar aqui nesse microfone a minha mulher vai ouvir lá de casa?’ Quer dizer, elas não acreditavam devido ao mito de que só quem pode ter veículo de comunicação são as pessoas com poder econômico, os políticos... Na cabeça do povo não passava que ele pudesse ter seu próprio veículo de comunicação, ainda mais em situação tão difícil e com monopólio tão cristalizado como o que vivemos no Brasil. (Santos, 2004, p. 111)

Este espanto provocado naqueles que nunca tiveram acesso a uma rádio comunitária também acompanhou durante alguns dias os ouvintes que pela primeira vez apreciavam de casa a transmissão de óperas que eram realizadas no Teatro Municipal da cidade, nos momentos iniciais da radiodifusão brasileira. Mas a euforia durou pouco. Logo após, foram silenciadas as vozes pela ausência de um projeto efetivo de implantação do novo veículo. Com este adiamento, a data de instalação da radiodifusão teve como marco o início do funcionamento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que se deu em 20 de abril de 1923.

A emissora de caráter educativo teve como fundadores Roquette Pinto e Henri Morize. No início, mesmo com o propósito de utilizar o rádio para levar a cada recanto do extenso país o tripé educação, ensino e alegria, existia uma limitação técnica, social e econômica:

(...) o rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse o poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros. (...) Nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas. (Ortriwano, 1985, p.14).

Constituíam-se assim uma programação bastante seleta com palestras, recitais de poesias, concertos e ópera. Por falta de recursos, os discos eram muitas vezes emprestados pelos distintos ouvintes. Pelo mesmo motivo esta prática atualmente é muito comum em algumas rádios comunitárias. O público compartilha o seu acervo pessoal de áudio para garantir que no *dial* local não deixe de tocar seus *hits* prediletos.

Historicamente, este cooperativismo ajudou a consolidar a radiodifusão nos seus primórdios, possibilitando que as emissoras se proliferassem. Na própria década de 20, espalham-se pelo Brasil várias emissoras que eram chamadas de clube ou sociedade. Esses nomes estão relacionados ao fato de que elas eram criadas e mantidas a partir da associação de pessoas que acreditavam na força do novo meio.

Embora não se divulgue, as expressões citadas também constam, até hoje, no registro jurídico das emissoras comunitárias. É assim que vemos se proliferar rádios com nomes como Associação Cultural e Comunitária de Locutores Aperibeenses, Rádio Clube de Queimados etc. Seus integrantes passam atualmente por algumas situações parecidas com as que foram vividas pelos participantes do primeiro momento da radiodifusão tradicional brasileira. Isto pode ser demonstrado através da similaridade de algumas regras presentes nas rádios tradicionais daquela época e que ainda podem ser identificadas nas comunitárias, guardadas algumas sutis diferenças entre os dois segmentos.

Podemos citar, por exemplo, o pagamento de mensalidades de sócios e de proprietários de aparelhos receptores, as doações de entidades privadas ou públicas e a inserção de poucos anúncios pagos, na época proibidos pela legislação, que sustentavam as emissoras. Mas, definitivamente, segundo André Casquel Madrid (1972, pp. 32-39), nesta primeira fase os sujeitos que compartilhavam a “cultura popular” não tinham acesso ao rádio. Naquele contexto, o autor define o canal como um “veículo de formas de diversão individualista, familiar ou particular, muito pouco extensivas”.

Porém, com a entrada dos anos 30, o rádio passa por uma transformação significativa. Foi criado nesta década o primeiro documento sobre radiodifusão, que regulamentava a atividade, autorizando, inclusive, a publicidade, ou seja, os conhecidos reclames. Várias medidas foram tomadas com o intuito de construir sólidas bases econômicas para este meio de comunicação, que despertava para o

seu caráter comercial. O desenvolvimento técnico, a popularidade e o *status* da emissora eram as alavancas do que se transformava em empresa. O povo passa a ser visto como ouvinte e conseqüentemente como promissora massa de consumo. O rádio é eleito como meio ideal para alcançar os propósitos mercantis, já que conseguia atingir os variados perfis daqueles que cada vez mais sintonizavam as emissoras:

Os empresários começam a perceber que o rádio é muito mais eficiente para divulgar seus produtos do que os veículos impressos, inclusive devido ao grande número de analfabetos. Para o rádio surgem então novas funções, diretamente ligadas ao desenvolvimento político e econômico do país. (Ortriwano, op. cit, p. 16)

Desse modo, o que era considerado popular, voltado à diversão e ao lazer passa a moldar o que antes era o lugar ocupado pelo erudito, cultural e educativo. Começa-se a pensar em outras maneiras de tratar o rádio e seus adeptos para vender os produtos anunciados ao longo das programações. Como percebe-se, os motivos dessa mudança de foco estão em intenções mercantis. Por isso que, com sua liberação, a propaganda passa a ser oficialmente a linha condutora dos rumos do veículo.

Mas, nas rádios comunitárias a propaganda ainda não foi liberada. Assim como nas primeiras décadas da radiodifusão, a publicidade comercial é proibida nas emissoras comunitárias sendo apenas tolerado o que se chama de apoio cultural - patrocínio feito por estabelecimentos situados na área atendida pela programação. Embora a determinação esteja prevista no artigo de número 18 da Lei 9.612, isto não impede que acordos com empresas sejam feitos, já que o meio é um investimento barato e de fácil retorno. Explorando este potencial de alcance destas emissoras, órgãos do governo e Ongs fazem campanhas pagas nestes veículos. Segundo um dos coordenadores da rádio comunitária Aliança FM, do Alto da Boa Vista, Paulo Roberto, eles já tiveram esta experiência várias vezes:

Embora nossos sócios paguem a mensalidade, nem sempre conseguimos custear todas as nossas despesas. Então, quando pinta o convite de empresas como a Telemar para fazer campanha contra a quebra dos orelhões, do Ministério da Saúde sobre DSTs, ou ainda, do Governo do Estado, nós colocamos os *spots* no

ar. Afinal, não é nada que contrarie a linha da rádio. Às vezes é até alguma coisa educativa.<sup>2</sup>

Medidas educativas também foram, progressivamente, adotadas internamente pelos primeiros profissionais de rádio que acumulavam várias funções e tinham o improviso como seu companheiro de cotidiano. Afetadas pela lógica do mercado, as emissoras comerciais montaram equipes de trabalho, contrataram artistas e produtores, passaram a elaborar programas com antecedência e criaram ídolos populares. Tudo em nome do indicador do lucro - o aumento da audiência. A programação e a linguagem não escapam desta interferência. De acordo com Antonio Costella (1978, p. 181), a linguagem radiofônica é apreendida aos poucos e passa a fazer parte de todas as emissões. Sua característica é o entendimento fácil, através de uma linguagem mais coloquial e direta. Ele também destaca que a programação passa a ser distribuída de forma racional no tempo e, por consequência, os programadores começam a ter um horário fixo de transmissão.

No caso das rádios comunitárias, a montagem de equipes com funções específicas ainda é muito incipiente. Todo mundo faz um pouco de cada tarefa. Muitas vezes, dependendo do horário, o locutor é aquele que ao mesmo tempo está no ar, atende ao telefone, maneja a híbrida (mesa de som) e recebe possíveis visitas de ouvintes. Mas, quanto à tentativa de se qualificar isto já é uma preocupação que cresce a passos mais largos. Por exemplo, a coordenadora da emissora Onda Livre, que fica em São João de Meriti, Susana Marques, está no terceiro período da graduação em radiojornalismo. Ela e sua equipe costumam participar de seminários, oficinas e cursos de capacitação na área. No que se refere à utilização do tempo, embora haja uma grade de programação, o improviso ainda é grande e a relação com este ordenador dos programas é feita de modo muito mais flexível.

Na perspectiva histórica, percebemos que a partir da maior racionalização da estrutura radiofônica desenvolve-se a concorrência entre as emissoras, que passam a investir em atrações que lotariam seus recém-criados auditórios. Todavia, paralelo ao despontar deste caráter de entretenimento, o rádio vai mostrando outras possibilidades no seu uso. Na década de 30, já era veiculada

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Paulo Roberto a pesquisadora no dia 7 de dezembro de 2005.

propaganda política. O primeiro governante brasileiro a ver este potencial foi Getúlio Vargas, que passou a utilizá-lo dentro de um modelo autoritário. Nas últimas eleições, vemos também o uso das rádios comunitárias para a vertente política. De acordo com o presidente da Rádio Brisa FM, situada na Rocinha, Elias Lira, vários deputados se revezaram nos estúdios da emissora para debate com a comunidade.

Mas, quem se debatia freneticamente na época do slogan “Alô, Alô, Brasil! Está no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro” eram as chamadas macacas de auditório. Elas lotavam uma das emissoras mais famosas do país que, fundada em setembro de 1936, deu uma reviravolta na radiodifusão. Afinal, a organização contava com: 10 maestros, 124 músicos, 33 locutores, 55 radiadores, 39 radiatrizes, 52 cantores, 44 cantoras, 18 produtores, 13 repórteres, 24 redatores, 4 secretários de redação e cerca de 240 funcionários administrativos. A infraestrutura era composta por 6 estúdios, 1 auditório com 500 lugares e 4 transmissores. O seu sinal atingia não só o território nacional, mas chegava também à América do Norte, África e Ásia. Às vésperas do Estado Novo, os aparelhos e as mensagens das rádios já estavam massificados.

É com este vínculo criado e fortalecido que o rádio entra nos anos 40, na chamada década de ouro. A disputa pelo público torna-se cada vez mais acirrada, pois determina onde serão colocados os recursos dos investidores. Surge o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) para auxiliar nesta aferição. *Em Busca da Felicidade*, inaugura o gênero de radionovela, que se multiplica vertiginosamente na maioria das emissoras. A Nacional, por exemplo, chegou a transmitir 14 produções deste tipo diariamente. Paralelo também interessante de se fazer com as atuais emissoras comunitárias nas quais vários casos são contados utilizando recursos sonoros muito usados na época das novelas radiofônicas. Em alguns casos, nas rádios comunitárias, até o jornalismo recorre a estes elementos considerados pertencentes ao universo ficcional.

Além da produção de radionovelas, também naquela mesma década, várias emissoras passaram a se especializar em outros campos de atividade. É o caso da Rádio Panamericana, de São Paulo, que se transformou em “Emissora dos Esportes”, a partir de 1947. O radiojornalismo também torna-se mais estruturado, ganhando forte impulso com o lançamento de jornais como “Repórter Esso”, “Grande Jornal Falado Tupi” e “Matutino Tupi”. Respectivamente, o primeiro

noticiário citado, transmitido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro desde 1941, foi criado para nos colocar a par da II Guerra Mundial. Durante 27 anos esteve no ar, com o slogan “Testemunha ocular da história”, precedido de sons de clarins. Neste período divulgou-se em primeira mão as notícias principais do Brasil e do mundo, através da voz grave e modulada de Heron Domingues. Tendo como marcas a pontualidade em que entrava no ar e a popularidade obtida junto aos ouvintes, o “Repórter Esso” condensou características que determinaram o modo de ordenar a linguagem, a voz e a maneira de fazer jornalismo no rádio. Para Ortriwano (1985), este parece um aspecto fundante:

Preparado pela UPI - *United Press International*, seguia as normas rígidas e funcionais dos noticiários radiofônicos norte-americanos. Aos poucos, várias emissoras brasileiras passaram também a transmitir o “Repórter Esso”, que foi extinto no dia 31 de dezembro de 1968. (Ortriwano, op cit, p. 21)

Os outros dois jornais lembrados também foram fundamentais para que o radiojornalismo brasileiro desse início à busca por uma linguagem própria. O esforço conseguiu desenvolver outros caminhos além da tradicional leitura ao microfone das notícias publicadas nos jornais impressos, embora, esta prática ainda hoje seja encontrada em diversas emissoras tradicionais e comunitárias.

Nos anos 50, a época de ouro é interrompida pelo surgimento da TV, que retira a publicidade, reproduz os quadros e recruta os profissionais do rádio. Como reação a este golpe, o veículo passa por outra transformação para se adaptar a uma fase muito mais econômica. É assim que os discos e gravações tomam o lugar das participações ao vivo dos astros, serviços de utilidade pública substituem as brincadeiras de auditório, as notícias se sobrepõem às novelas.

Neste momento, a especialização se torna mais forte e este meio passa a tentar atender as demandas principalmente no que se refere à informação:

O radiojornalismo ganha grande impulso. Um novo tipo de programação noticiosa foi lançado pela Rádio Bandeirantes, de São Paulo. A Bandeirantes fez-se pioneira no sistema intensivo de noticiário em que as notícias com um minuto de duração entravam a cada quinze minutos e, nas horas cheias, em boletins de três minutos. (Ortriwano, op cit, p. 22)

Com a criação do transistor e outros desenvolvimentos tecnológicos, o rádio ganha importantes parceiros para atravessar este novo momento. De qualquer lugar e sem hora marcada é possível ligar o aparelho sem que ele esteja

plugado em uma tomada. Esta facilidade se afina com os rumos tomados pela radiodifusão em realizar uma comunicação rápida, noticiosa e de serviços. Tanto que em 1959 já é possível termos um radiojornalismo mais atuante, com entradas ao vivo, reportagens de ruas e entrevistas externas.

O uso destes mesmos recursos também beneficia as rádios comunitárias. Os ouvintes, possuidores de um vínculo com tais emissoras, não titubeiam em acessá-la sempre que acham necessário. Sabedores que são de que terão voz e respostas em algumas situações, eles recorrem, por exemplo, ao celular para resolver questões próprias ou colaborar espontaneamente com o conteúdo a ser transmitido. Esta foi a situação presenciada pela professora de História, Araci Alves dos Santos, moradora de Vila Isabel, mas que leciona em uma escola no município de Queimados:

Estava dentro de um ônibus indo para o colégio, quando o motorista sem mais nem menos resolveu alterar o trajeto da linha. Na mesma hora houve um rebuliço dos passageiros e vi um deles pegando o celular e denunciando o ocorrido para uma tal de Novos Rumos. Ele falava alto e ainda disse para o motorista: “agora você vai ver só. Acha que pode prejudicar passageiro e que não vai acontecer nada. Está enganado. Vou ter que descer muito longe de casa sabia? Você tem que cumprir o trajeto”. Só depois soube que a Novos Rumos era uma rádio comunitária muito ouvida em Queimados. Não sei que fim a história teve.<sup>3</sup>

Independentemente da finalização da história, podemos notar esta cumplicidade do ouvinte que acaba por fortalecer a parte jornalística das rádios comunitárias. Emissor e receptor se fundem neste processo. Em alguns casos, antes que qualquer outro meio chegue até o lugar onde houve um acidente, uma alteração no trânsito ou uma iniciativa importante, a população se antecipa e se predispõe a repassar a notícia.

A transmissão deste tipo de informação mais específica nas rádios tradicionais também pôde ser observada nos idos anos 60. Na época, foram montados setores exclusivos como o de condições das estradas, previsão do tempo, achados e perdidos, ofertas de emprego, entre outros.

Nessa década, algumas rádios apostam em outro viés sem ser o da notícia. Elas investem em uma programação exclusivamente musical. É neste íterim que as primeiras emissoras em frequência modulada (FM) começam a operar. A Rádio

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Araci Alves dos Santos à pesquisadora em 28 de setembro de 2006.

Imprensa, no Rio de Janeiro, foi a primeira a explorar este segmento, que teve fantástica adesão na década de 70.

É aqui que se pretende retomar o fôlego perdido com a introdução da televisão. As emissoras dedicadas à informação expandem ainda mais as suas possibilidades:

(...) intensificando o uso das unidades móveis de transmissão, com participação cada vez maior do repórter ao vivo, dizendo onde está, o horário, improvisando suas falas. Em 1980, a Rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, parte para uma programação baseada na dinâmica dos fatos, com informação ao vivo (...) (Ortriwano, op.cit, p.24)

Com tanto conteúdo radiofônico sendo elaborado e com tamanha velocidade, o governo sente a necessidade de criar em 1976 a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Entre as funções do órgão estão: organizar e operar emissoras e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal; montar e operar sua rede de retransmissão de radiodifusão; realizar a difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, bem como elaborar e difundir programação informativa e de recreação. Interessante ressaltar que nas rádios comunitárias, órgãos também foram criados para atender às demandas do segmento e estimular a sua produção.

## 1.4

### Que rádio é essa?

Levando em consideração o despontar destas inúmeras mensagens, faz-se necessário tipificar seus variados pontos de origem. No que diz respeito às rádios comunitárias, elas têm recebido várias nomenclaturas, muitas vezes de forma arbitrária. Na radiodifusão em geral há também dificuldade em marcar a identidade das outras emissoras que coexistem. A falta de nitidez em relação ao assunto é tamanha que nos anos 90 foi elaborada uma série de cartilhas para esclarecer aos próprios militantes deste segmento sobre o escopo em que atuavam.

Segundo a publicação<sup>4</sup>, a rádio comercial, por exemplo, para obter concessão necessita entrar em um processo de concorrência. Ela funciona

---

<sup>4</sup>Primeira cartilha de uma série de cinco publicações, patrocinadas pela Unesco. Ela foi intitulada como *Rádios Comunitárias - O que é e como montar*. O material foi elaborado pela Rede Viva Favela.

tradicionalmente em AM e FM e tem como principais objetivos o negócio e o lucro. Nesta linha, percebe-se que as grandes empresas almejam obter, através da transmissão, uma significativa massa popular de anúncios. A boa aceitação do veículo favorece a concretização deste propósito. “(...) entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como também em todo mundo”. (Ortriwano, op.cit, p. 37)

Sem comprometimento com o social, esta adesão faz com que a capacidade de massificação da informação seja facilitada e, conseqüentemente, estreite-se a ligação com os espaços publicitários:

(...) o objetivo do rádio comercial é fundamentalmente conquistar o maior público possível (o índice máximo de audiência) e vender aos anunciantes publicitários a atenção e o tempo que o público dedica às transmissões radiofônicas. (Giovannini, 1999, p. 222)

Desta forma, podemos dizer que as rádios comerciais têm dois tipos de clientes. Os ouvintes, que através de sua audiência, tornam-se consumidores em potencial, e os anunciantes, interessados em atingir o máximo de consumidores através da programação radiofônica. Esta dupla relação será determinante para a emissora. “(...) é com base nesta realidade que a emissora, por meio da programação e das ações do seu Departamento Comercial em busca de patrocínio, irá se posicionar no mercado”. (Ferraretto, 2001, p. 46)

Foi assim que as rádios comerciais tornaram-se totalmente dependentes do capital publicitário. Segundo Luiz Gonzaga Motta, tal mecanismo foi responsável, portanto, pelo fato de os interesses mercantis se sobrepujarem à preocupação com a qualidade na determinação dos conteúdos radiofônicos:

Assim, ele [o rádio] cresceu quando a publicidade precisou dele, definiu quando ela pôde lançar mão de outros meios e agora, recupera-se porque o sistema mercantil pressente que o seu uso volta a ser importante para alcançar maior mercado consumidor. O que tem regido, portanto, a expansão do rádio não soa os interesses e necessidades da população, mas a ganância comercial, o que explica a alienação de seu conteúdo sobre os problemas imediatos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Cf. Ortriwano, 1985, p. 28.

Se o comprometimento em ofertar produções que agreguem valor ao cotidiano da população não é a prioridade nas rádios comerciais, o mesmo não acontece com as emissoras educativas. Nelas, o processo é inverso, já que sua função primordial é promover, através da sua programação, a cultura e a educação. Sem depender de licitação para obter outorga, este segmento é direcionado por fundações da sociedade civil, governo municipal, federal ou estadual e universidades. Este é o caso da rádio MEC, que tem muito bem definido que tipo de produções deve ir ao ar, atraindo assim, um público bastante específico.

Já as “rádios cornetas”, também conhecidas como “cipó”, “poste” ou “caixinhas”, atingem vários tipos de ouvintes. Como normalmente utilizam alto-falantes espalhados pelos postes das ruas para veicular sua programação, as pessoas não têm a opção de mudar de estação. Quando foram criadas, em sua maioria, eram encontradas em municípios do interior, sempre no alto da cidade, próximas à Igreja. Nos primórdios, eram as entidades religiosas que as dirigiam:

Existiu um movimento bastante forte nos anos 70 nas chamadas rádios de poste. Eu morei numa cidade chamada Conceição do Mato Dentro, em Minas, em 1978. Como toda cidade do interior na parte mais alta você tem uma igreja e era lá que tinha um serviço de alto falante, que pegava todo o município. Ela era a rádio do local.<sup>6</sup>

De modo geral, hoje não são mais das grandes altitudes que as rádios cornetas divulgam sua programação e os responsáveis pelo segmento também mudaram. Elas são muito comuns em bairros considerados centros comerciais, como em Madureira, Campo Grande, Pavuna, Taquara etc. Transmitem, geralmente, uma mistura de música, rápidas inserções de utilidade pública e muita publicidade do comércio local.

Mas, este canal também está presente em regiões onde não há rádios comunitárias. Aí assumem um caráter mais destinado aos interesses da população. Mesmo não podendo ser sintonizadas de um aparelho de rádio, fazem-se valer dos poucos instrumentos que dispõem para conquistar um público fiel.

As características básicas dessas rádios sempre foram as mesmas: emissoras que não usam as ondas hertzianas (funcionam como um serviço de alto-falante), com programação elaborada pela comunidade e que geralmente possuem como únicos

---

<sup>6</sup> Entrevista de Tião Santos concedida à pesquisadora em 12 de abril de 2006.

equipamentos um gravador, um amplificador, um toca-discos e um microfone, além - é claro - dos alto-falantes distribuídos em pontos estratégicos, para que consigam chegar ao maior número possível de ouvintes. (Moreira, op.cit, p. 69)

Seguindo esta lógica, o sistema foi implantado na Rocinha, Zona Sul do Rio, iniciativa que incentivou a criação da Rádio Comunitária Brisa. Atualmente, os dois recursos podem ser ouvidos na localidade. As conhecidas caixinhas de som foram consideradas os primeiros canais de comunicação radiofônica para a massa popular na favela. De início, elas foram colocadas no Largo do Boiadeiro, que é uma das entradas da comunidade. A pioneira a usufruir desse sistema, também na Rocinha, foi a rádio comunitária Katana, que em pouco tempo abandonou a utilização deste meio. O motivo era que a manutenção tornava-se cara, pois as caixas não eram resistentes à chuva e freqüentemente seus fios eram cortados.

No entanto, o atual presidente da Rádio Brisa resolveu investir no sistema, a partir de 1999. Elias Lira conta que a introdução das caixinhas na Rocinha começou com os nordestinos que se mudavam para o local. “Lembro inclusive do Zé do Bode que aproveitava para anunciar as promoções de venda das carnes de bode e frango que ele fornecia para a comunidade”.<sup>7</sup>

Observando esta amostra da procura dos moradores, Elias resolveu apostar no futuro deste meio de comunicação. Ele se uniu a mais dois irmãos dando início à emissora que mais tarde poderia também ser ouvida na FM: a Rádio Brisa. Foi assim que em 2002 mais de 60 caixinhas estavam espalhadas pela Rocinha:

Nas ruas da Rocinha, é possível ouvir o som dos alto-falantes logo ao descer da lotação, ao lado dos camelôs à beira da auto-estrada Lagoa-Barra. Ouvem-se propagandas de lojas da Rocinha, forró, a música romântica de Charlys – o artista mais conhecido da favela – e um chiado que ecoa na barulheira das ruelas. Do Largo do Boiadeiro, com suas barracas vendendo legumes, verduras e produtos nordestinos, segue-se rapidamente para uma das vias mais conhecidas da Rocinha, a Estrada da Gávea. (Gómez, 2002)

Hoje, o sistema cobre quase 80% da comunidade. As caixinhas podem ser encontradas em lugares como o Valão, na Pracinha da Roup Suja, em Vila Verde, na Cachopa e na Estrada da Gávea, que cruza toda a comunidade. “A Via

---

<sup>7</sup>Entrevista do presidente da rádio comunitária Brisa FM, Elias Lira, concedida à pesquisadora em 10 de maio de 2006.

Ápia, um dos locais onde tem caixinhas, e também uma das entradas principais em São Conrado, recebe por dia cerca de 50 mil moradores”.<sup>8</sup>

Deste modo, a Brisa foi se tornando popular na favela e em 2004 passou a transmitir sua programação também através da 101,7 FM. Neste momento, ela reúne os elementos que, para muitos, a caracterizam como comunitária. Mas, o fato de estar no ar sem a autorização do Ministério das Comunicações por vezes a enquadra, arbitrariamente, em outras denominações. Isto acontece com várias emissoras comunitárias que são tratadas como “livres” ou “piratas”. O funcionamento considerado à margem da sociedade é o ponto comum entre estes dois últimos termos citados, mas há as diferenças que marcam as suas peculiaridades e ajudam a desmistificar esta relação com as emissoras comunitárias.

Esclarecemos, portanto, que a rádio pirata é uma emissora que opera às escondidas. O termo foi criado na década de 70, época em que algumas pessoas montaram rádios em barcos na costa da Inglaterra para escapar do estatismo da Grã-Bretanha que proibia anúncios em suas emissoras. Este caráter de comunicação clandestina presente nos mares estimulou a criação desta denominação. “(...) Era costume erguer uma bandeira negra, como a dos corsários, nos barcos emissores, e esse detalhe deu origem à expressão ‘rádios piratas’”. (Machado et al., 1987, p. 60). Parece que a expressão navegou pelos mares, cruzou continentes e foi apropriada pelo Brasil. Aqui o termo foi imposto às rádios comunitárias não legalizadas.

A idéia de burlar a lei aproximou, pelo menos na nomenclatura, estas duas realidades distintas. Mas, na prática, há indicadores que fragilizam esta junção. É o que nos revela Dioclécio Luz (2001, p.141) ao afirmar que as rádios piratas inglesas nasciam com caráter comercial, para ganhar dinheiro, combatendo o monopólio estatal das telecomunicações representado pela *British Broadcasting Corporation* (BBC). Ao contrário desta experiência, a gênese das rádios comunitárias não tem como berço fins mercantis. Ela expressa, acima de tudo, o desejo de ter o acesso aos meios de comunicação de maneira mais democrática.

---

<sup>8</sup>Entrevista do presidente da rádio comunitária Brisa FM, Elias Lira, concedida à pesquisadora em 10 de maio de 2006.

O exercício desta democracia também era praticado por aqueles que se filiavam às chamadas “rádios livres”. Surgidas na Inglaterra em substituição às rádios piratas, ao contrário de suas antecessoras, elas se localizavam em terra. Estas emissoras se espalharam por toda a Europa, alcançaram os Estados Unidos e hoje podemos vê-las previstas na Constituição Brasileira.

De acordo com a lei, as “rádios livres” podem ser montadas por uma pessoa ou grupo com interesses próprios. Sendo assim, podem ser de esquerda, direita, anarquista, católica etc. No âmbito comunicacional, Machado, Magri e Masagão (1987) consideram que este segmento introduziu a novidade de tornar o meio mais transparente, eliminando os intermediários, intérpretes e comentaristas. Segundo eles, estas emissoras deixaram que os acontecimentos fossem reportados pelos seus próprios personagens. Este é um dos princípios das rádios comunitárias, mas o diferencial é que a versão dos fatos não fica restrita a um grupo particular. Existe uma abertura para que a totalidade representativa do local expresse sua opinião.

## 1.5

### **Localização em rede**

Tendo em vista tantas ramificações diferentes na radiodifusão brasileira, o que nos causa estranhamento é que na história do rádio as emissoras comunitárias sejam sempre vistas como um capítulo à parte. A produção sobre o assunto no país ainda é tímida e o tema quase sempre é abordado como algo que está à margem do processo de comunicação. Daí, buscamos fazer uma releitura com o intuito de inserir este segmento de uma forma mais relacional, refazendo o seu trajeto de maneira mais reveladora. Ação que pretende trazer à tona tanto os aspectos que marcam suas diferenças quanto os que podem ser considerados similares aos demais setores.

Partindo deste princípio, percebemos que não são apenas os canais tradicionais, como o Sistema Radiobrás e o Sistema Globo, que reúnem várias emissoras de rádio. É possível verificar, por exemplo, que as rádios comunitárias também adotaram a atual lógica de formação de redes, mas com especificidades. Notamos que uma parte destas emissoras segue a mesma tendência de conglomerar-se, como é o caso das 434 rádios comunitárias que fazem parte da

Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária (Revira). Sebastião Santos coordena a rede que reúne parceiras de todo o Brasil. Tião, como é conhecido, esclarece os objetivos desta união:

A rede, que é acessada através do [www.redevivafavela.com.br](http://www.redevivafavela.com.br), serve como provedor de conteúdo para as emissoras, facilitando o acesso a estas informações. Como a internet é um campo neutro, não há legislação que a proíba, está havendo a construção de uma base de dados. Também estamos promovendo a realização de diversos cursos de capacitação e produção de conteúdo.<sup>9</sup>

Percebemos que esta tentativa de se articular, hoje também através da *Web*, não é recente. Uma iniciativa muito emblemática para esta mobilização foi registrada em 17 de dezembro de 1994, com a fundação da Associação de Rádios Livres e Comunitárias do Estado do Rio de Janeiro (ARLIVRE). Entre suas metas estavam o estímulo da criação de emissoras com caráter plural, de gestão comunitária e sem fins lucrativos e o auxílio na organização e capacitação destes canais para potencializar os trabalhos nas comunidades. A intenção era promover o engajamento daqueles que participavam de movimentos comunitários para lutarem juntos pela democratização das chamadas, na época, de “rádios livres”.

Mobilizado neste sentido, em abril de 1995, o deputado Gabeira consegue uma audiência com o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para a discussão e o regulamento das rádios comunitárias. Depois deste encontro, notas e matérias foram publicadas em todo o Brasil, aumentando o conhecimento do movimento e também tornando-o público, como mostra o jornal *Folha de São Paulo*:

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu ontem representantes de rádios “piratas”. (...) Segundo os dirigentes das rádios, é a primeira vez que são recebidos por um ministro. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) também participou do encontro. (...) Gabeira quer que o ministro crie um grupo de trabalho para estudar a regulamentação das rádios que têm caráter comunitário.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Tião Santos à pesquisadora em 12 de abril de 2006. Ele também foi fundador e primeiro presidente da Associação de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro (ARLIVRE), da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), da Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro (FARC) e da Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC). Também participou do Grupo de Trabalho criado pelo ex-ministro das Comunicações, Miro Teixeira.

<sup>10</sup> Motta recebe donos de rádios “piratas” in: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de abril de 1995. Nota, comunicações.

A divulgação do encontro dos militantes comunitários com o ministro teve repercussões. Na época, o presidente da ARLIVRE chegou, inclusive, a ser entrevistado em um programa de debates da TVE. Como consequência desta visibilidade, ele recebeu vários convites para realizar cursos e palestras por todo o país no intuito de apresentar o movimento nos locais interessados em obter mais informações sobre as rádios comunitárias.

A partir daí, parcerias com órgãos de esquerda e entidades pela luta democrática se fortaleceram. A iniciativa começara a transitar por várias entidades, obtendo ramificações em outros movimentos. Em 2004, um texto elaborado por comunicadores comunitários mostra os vínculos da ARLIVRE com a ABRAÇO:

Somos hoje, no estado do Rio de Janeiro, cerca de 300 rádios comunitárias, das quais 150 associados à ARLIVRE; (...) Somos filiados à ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, ao Comitê pela democratização da Comunicação e trabalhamos em parcerias com várias entidades sociais como sindicatos, associações e Ongs. Dentre as entidades que trabalhamos podemos citar: Sinttel, Sindicato dos Radialistas, Enecos, Unirr, Amarc, Viva Rio etc.<sup>11</sup>

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) foi criada no dia 25 de agosto de 1996, em Praia Grande, durante o Segundo Encontro Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias. É possível verificar no seu estatuto, algumas normas que aglutinam todos os membros do movimento comunitário no Rio de Janeiro, além de esclarecer seu dever perante a sociedade, seus sócios e o Congresso Nacional:

Art. 2º - A ABRAÇO tem por finalidade:

Par. 1º – Promover e desenvolver a democratização da comunicação em todos os seus aspectos e instâncias;

Par. 3º – Proporcionar aos associados assistência necessária para que os mesmos possam exercer com segurança o pleno exercício de suas atividades na sociedade.

Par. 4º – Promover junto à sociedade cursos, festividades culturais e sociais, além da capacitação técnica e profissional;

Par. 5º – Levar às autoridades competentes propostas e subsídios, buscando a ampliação da democratização da comunicação;<sup>12</sup>

<sup>11</sup>ARLIVRE in Rádios Comunitárias integrando as comunidades para 2004 – Carta de apresentação da ARLIVRE, sem data.

<sup>12</sup>No Ar, ABRAÇO. Estatuto da Abraço, Nov. de 1997, nº 04, p. 04.

Através da divulgação de suas metas, a ABRAÇO passa a concentrar o poder das rádios comunitárias de todo o Brasil. Sua missão é situá-las no conceito comunitário e nas normas direcionadas para tal. O órgão se multiplicou em alguns Estados, respondendo pelas mais importantes ações do movimento.

Tendo todo este panorama como referência, notamos que se por um lado flagramos a progressiva organização destas emissoras em termos de segmento, busca pela qualificação e utilização dos recursos tecnológicos, por outro ainda é grande a falta de informação em relação ao conhecimento da sociedade sobre as rádios comunitárias. É este descompasso que faz com que a nomenclatura, o funcionamento, a origem e a legislação ainda sejam alvos de muitas dúvidas e enganos para uma parcela da população atônita com o uso diferenciado deste veículo de comunicação.

## 1.6

### **A fala da rádio comunitária**

Bertold Brecht já enxergava as potencialidades latentes do rádio, que só iriam amadurecer décadas depois de sua produção. O autor vislumbrou a transmutação de um aparelho de transmissão para um veículo de comunicação que, em todos os sentidos, não estaria fadado a uma única via:

O rádio seria o mais fabuloso aparato de comunicação da vida pública (...) quer dizer, seria se soubesse não somente transmitir, mas também receber, portanto, não somente fazer o ouvinte escutar, senão pôr-se em comunicação. (Brecht, 1970)

Este meio, pelo que indica, não nasceu com a vocação de estar aprisionado a um modelo hegemônico ou a vozes cativas. Tendo a atmosfera como lar, as ondas sonoras foram cada vez mais se multiplicando e vindo de diferentes tipos de rádio. Até aquelas pessoas que sempre estavam acostumadas apenas a ouvir passaram a ser produtores de mensagens.

Afinal, paralelas às rádios permitidas pelos Estados, desde o início da radiodifusão, existiam as emissoras organizadas por pessoas que precisavam falar o que as oficiais não tinham permissão para fazê-lo. Este fenômeno ganhou força política, na Europa, a partir dos anos 70, quando se tornou associado a movimentos libertários, sobretudo na França e na Itália. Com este impulso, houve

um crescimento das emissoras locais, que muitas das vezes chegavam, inclusive, a transmitir para uma distância pouco maior que um quarteirão. Esta movimentação é extremamente reveladora em relação a outras maneiras de se olhar os meios de comunicação:

Os meios são poderosos, mas não são onipotentes. Ao longo da história, as elites sempre usufruíram do monopólio da palavra escrita. E hoje acrescentam ainda monopólio da voz e da imagem, em escala de ficção científica. Se os meios fossem, porém, realmente, esses maravilhosos reprodutores da submissão, esses todo-poderosos conformadores de consciências, a ordem social seria inamovível. (Grinberg, 1987, p. 31)

Inconformados com a impossibilidade legal de se fazerem produtores no veículo nascente, os primeiros militantes da radiodifusão não se acomodaram. Pelo contrário, buscaram outros caminhos para viabilizar o seu acesso a este meio de comunicação. Foi assim, que tais emissoras se expandiram pelo mundo com variadas línguas e propósitos. Um traço em comum era a busca pela liberdade de expressão. Na América Latina, o que se tornaria no futuro as rádios comunitárias é predominantemente consequência de políticas modernizadoras implementadas pelos Estados Unidos na década de 50. Isto porque os programas de desenvolvimento norte-americanos ganhavam grandes dimensões através das ‘radioemissoras educativas’. Estas experiências comunitárias também são incentivadas com o despontar de movimentos sociais e políticos na região, como a Revolução Cubana.

Estes fatores “impõem no continente a reformulação teórica do problema da comunicação a partir de modelos que favorecem a prática da comunicação junto aos setores marginalizados da sociedade” (Cogo, 1998, p.57). Nesse momento, os sindicatos e as igrejas são considerados as principais instituições estimuladoras da participação popular na utilização do rádio na América Latina. Mas, promover esta adesão não foi fácil. De pronto, tentou-se construir uma imagem negativa deste canal que se dispunha a ter maior abertura com a comunidade.

Por isso, constatamos que ao longo da história este tipo de segmento recebeu diferentes nomenclaturas que tentavam defini-lo, com frequência, através de um sentido pejorativo. Foi assim que tais emissoras foram chamadas de piratas, clandestinas, alternativas, populares, entre outros nomes. De acordo com

Ortriwano (1985), independentemente do nome que recebeu, este setor de comunicação apresenta elementos que nos ajudam a melhor caracterizá-lo. Entre eles estão a busca de uma apropriação coletiva dos meios e a elaboração de mensagens diferenciadas das produzidas pelas rádios comerciais. Aqui, o foco é atingir as minorias e os grupos socialmente marginalizados, não as grandes massas. Paradoxalmente o rádio, que é um veículo para as multidões, é apropriado para ser usado de uma forma tão localizada.

No Brasil, a expressão rádio comunitária começou a ser utilizada em 1994 por este canal já estar vinculado a grupos de organização popular. Mas, até hoje a escolha da expressão causa discussão. Ana Arruda Calado (2004) é uma das que questiona o uso do comunitário. Ela provoca dizendo que a palavra teria mudado de significado, indicando que a grande crise da cultura estaria na língua:

Mas, meu Deus, eu não moro em comunidade? Todo mundo não mora em comunidade? O que é comunidade? Não, comunidade agora significa 'favela', periferia. Significa lugares definidos pela ausência. Isso é uma distorção perigosa. Temos de resistir a essa idéia de cidade partida. Mas com essa história de rádio comunitária, não há esse perigo? (Santos, 2004, p.130)

Para responder a esta indagação, Tião Santos esclarece o que seria uma rádio comunitária. Ele fala sobre a nomenclatura com a experiência que adquiriu ao longo de cerca de trinta anos na militância pela democratização da comunicação:

A lei fala que as rádios comunitárias podem pertencer a uma associação comunitária sem fins lucrativos ou fundação. A primeira discussão é o que se entende por associação comunitária. É a pergunta que nós nos fizemos. Uma paróquia pode ser uma associação comunitária? Nós achamos que é uma comunidade, porque é uma comunidade de católicos, ou evangélicos ou umbandistas, são comunidades específicas. Não é uma comunidade por área geográfica como a gente defende. Então, a comunidade da Glória são as Igrejas que estão aqui, as associações, os camelôs, enfim, é a comunidade aqui da Glória. A associação comunitária é aquela que permite que qualquer pessoa possa votar e ser votada dentro da associação. Então, um espírita não pode entrar numa comunidade católica. Certamente, o estatuto da comunidade católica não iria permitir. Por isso, não é uma associação comunitária, é uma associação da Igreja Católica, não da comunidade.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Entrevista de Tião Santos presente na revista *Comunicação & Comunidade*, Ano XI, nº 10, 2005, p. 16.

Tião frisa, ainda, que não importa onde é a sede da emissora. O que deve ser levado em consideração é se a rádio está envolvida efetivamente com a população local:

Eu sempre falo para o pessoal que quer montar uma rádio em escola, em universidade, que se a rádio ultrapassar os muros da escola e envolver a comunidade como um todo, ela é uma rádio comunitária.<sup>14</sup>

De acordo com Esmeralda Villegas (1995, pp. 2-4), o processo de democratização da comunicação é muito beneficiado pela flexibilidade e liberdade no que se refere a não se ter um conceito fechado em relação às rádios comunitárias. Segundo ela, isto é possível na medida em que estas emissoras vão sendo definidas não por suas características, mas pelas funções que exercem. Neste sentido, a autora reforça a importância das falas que são produzidas, como elementos fundamentais:

É necessário ter cuidado com as aparências. Às vezes se pensa que participar é falar, nada mais, mas o importante é o que se fala. Se não se pode falar com sentido, de nada serve obter uma licença (frequência). Alguma vez numa reunião alguém me dizia: “que diferente seria a América Latina se cada pobre tivesse um microfone para se expressar”. Eu lhe perguntei: “o que vão dizer, como o vão dizer, com que visão do mundo o vão dizer”.

Tendo em vista estas observações, o consultor internacional em comunicação e educação, Juan Diaz Bordenave, nos fornece uma síntese sobre a postura de se tentar estabelecer uma nomenclatura para este tipo de emissora:

A conclusão a que chegamos é que o conceito de rádio comunitária não deve ser ‘reificado’, isto é, feito equivalente a uma coisa, determinada e fixa. Ela é uma das manifestações de uma postura diferente frente ao processo social mais importante de nossa época: a emergência da Sociedade Civil como força social determinante, junto ao Estado e o Mercado, na construção de uma nova forma de desenvolvimento humano. A rádio comunitária, junto com a televisão comunitária e com todos os demais meios de comunicação comunitária, é um elemento fundante e inerente da democracia participativa e o desenvolvimento humanista sustentável. (Bordenave, 2004, p. 8)

Esta versatilidade explica a facilidade com que cresceu o movimento, que teve início no país na década de 80 em São Paulo, na cidade de Sorocaba. Durante o verão de 82, cerca de 40 emissoras chegaram a operar na região. Mas a

---

<sup>14</sup>Entrevista de Tião Santos presente na revista *Comunicação & Comunidade*, Ano XI, nº 10, 2005, p. 17.

mobilização não ficou restrita a este estado do Sudeste. Nos anos 90 houve a criação da pioneira do Rio de Janeiro, a Rádio Novos Rumos, localizada no município de Queimados, na Baixada Fluminense. Tião Santos foi também um dos seus fundadores e lembra como surgiu a idéia e a mobilização dos adeptos:

Eu morava lá e comecei a lançar a idéia para o pessoal que era do PT em Queimados de ter uma rádio, pois lá não tinha jornal nem revista. Na época, Queimados era um distrito de Nova Iguaçu e entrava num processo de discussão para ser emancipado. Todo mundo ficou animado, mas eles não acreditavam muito porque achavam que rádio era coisa de quem tinha dinheiro ou então de político. Então eu fui à São Paulo e juntei uma grana. Eu tinha um três em um, outro tinha um microfone, e montamos uma rádio no porão na minha casa.<sup>15</sup>

De acordo com ele, burlando a descrença inicial e adaptando os equipamentos, a primeira transmissão da emissora aconteceu no dia 29 de dezembro de 1990, conduzida externamente, em um sítio de um dos membros do movimento. Logo após, a veiculação ocorria quase que diariamente. “Quando percebi minha casa estava sendo invadida por pessoas que queriam fazer parte da rádio. Gente querendo fazer programa, debate, dar e desmentir informações”.<sup>16</sup>

A princípio alguns achavam que a Novos Rumos era um canal do Partido dos Trabalhadores, porém com o passar do tempo começaram a procurá-la pela identificação com as duas bandeiras que levantava naquele momento: emancipação e construção da cidade. Neste meio tempo, a sede da rádio foi transferida para uma associação de moradores do bairro. Um mês depois foi criada a Rádio Clube de Queimados, com estatuto, direção, conselho de programação e outras administrações internas. Toda a estrutura impulsionada pelo conceito comunitário e de gestão participativa.

A emissora, que funciona até hoje, serviu de modelo para muitas rádios da região. No entanto, desde sua origem até os dias atuais muitas coisas mudaram em termos de números, legislação e tratamento. É assim que independentemente da rotina enfrentada pelos integrantes das rádios comunitárias, como perseguições e a busca pela legalização, hoje a quantidade de emissoras não pára de crescer. Esta progressão também é acompanhada pelo aumento dos desafios, provocadores de tensões e inclusões de ordem variada.

---

<sup>15</sup>Entrevista concedida por Tião Santos à pesquisadora em 12 de abril de 2006.

<sup>16</sup>Entrevista concedida por Tião Santos à pesquisadora em 12 de abril de 2006.